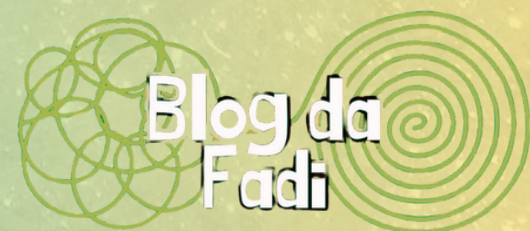




EJA

Educação de Jovens e Adultos

**Superação do Analfabetismo e
Qualificação na Educação de
Jovens e Adultos**



Educação e Emancipação

**Gabrielle Vinagre
Jamilly Guimarães
Mariana Sanches
Mariana Torres
Paola Cruz
Renata de Lúcio**





Se você sabe ler, este recado é para você.

Você que abre este texto e entende cada palavra, talvez nem se lembre mais de como foi o começo — a primeira letra, o nome escrito com esforço, o susto bom de entender um bilhete, uma receita, uma mensagem no celular.

Mas há quem nunca tenha vivido isso.

Talvez perto de você — numa fila, na vizinhança, no trabalho, na sua própria família — haja alguém que ainda carrega o silêncio do analfabetismo. Uma mulher que sorri, mas não lê. Um homem que assina com o dedo. Um idoso que disfarça o constrangimento ao receber um papel.

E você, que já caminha pelas palavras com segurança, pode ser ponte.

Se conhecer alguém que não teve a chance de aprender a ler, apresente a ele ou a ela o caminho. Fale do **EJA – Educação de Jovens e Adultos**. Fale do grupo que será apresentado nesse trabalho - A UBS Cajuru, em Sorocaba, onde mulheres adultas e idosas estão redescobrando o mundo pela leitura.

Levar alguém até uma sala de aula pode ser um ato de amor. Mostrar que é possível, que é digno, que é direito — pode mudar uma vida inteira.

Porque cada pessoa alfabetizada é uma porta que se abre.

E às vezes, tudo começa com alguém dizendo: **“Você consegue. Vamos juntos?”**

Para Quem Nunca Desistiu de Aprender

Este blog não é sobre tecnologia, nem sobre tendências. Não é sobre grandes descobertas, nem sobre teorias complicadas. Este blog é sobre o que quase ninguém vê, sobre aquilo que a pressa ignora, o que o preconceito tenta apagar, o que a história tantas vezes insiste em deixar de lado.

É sobre o **EJA — a Educação de Jovens e Adultos** — e, sobretudo, é sobre aqueles que, por tanto tempo, foram silenciados. É sobre vozes que nunca deixaram de existir, mas que foram abafadas pelo barulho do mundo. Mãos que trabalharam antes de aprender a escrever. Olhos que enxergaram a vida inteira sem nunca terem lido uma placa. Mentes brilhantes que carregaram o peso do analfabetismo sem jamais deixarem de sonhar.

Escolhemos esse tema porque ele fala diretamente com a nossa vivência. Porque não está distante — está dentro das nossas casas e de nossas histórias. Porque não se trata de um assunto escolhido ao acaso, mas de algo que pulsa muito perto de nós, que nos emociona e nos move. Queríamos falar sobre o que nos atravessa e, ao mesmo tempo, atravessa tantas outras pessoas que ainda não foram vistas.

Este blog fala do direito de aprender, de ser ouvido e de existir com dignidade. A alfabetização chamada de “tardia” é uma ferida social aberta. Ela mostra o quanto falhamos enquanto sociedade. Mas também revela esperança, porque cada pessoa que chega ao EJA carrega em si a coragem de recomeçar, e recomeçar, quando se vem de tanto silêncio, é uma forma profunda de revolução.

Este espaço é dedicado a elas: às nossas avós. **À avó de Mariana**, que viveu a vida inteira entre silêncios forçados e letras distantes, e que mesmo assim, ensinou o que é sabedoria mesmo sem nunca ter escrito uma redação. **À avó de Paola**, que bordava a vida com fios de amor, e cuja ausência de letras jamais significou ausência de mundo.

Este blog é sobre elas, e sobre todos aqueles que caminham com coragem rumo ao EJA, com seus cadernos novos e olhos cheios de esperança. Sobre cada adulto que se senta numa carteira escolar pela primeira vez, desafiando a vergonha, a exclusão e o tempo. Este blog é resistência. É um grito manso contra o silêncio. É a afirmação de que nunca é tarde, de que ninguém é pouco, de que o saber é de todos — e que o amor, quando se escreve com verdade, nunca erra a ortografia da vida.



Sumário

	O Analfabetismo no Brasil	5
	A Educação como Direito Humano Fundamental	6
	A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o Estatuto da EJA	7
	Sujeitos da EJA: Histórias de Luta e Resistência	8
	A EJA como Direito Fundamental em Perspectiva Constitucional	9
	Tipos de Educação Oferecidos pela EJA	10
	Projeto de Educação em Sorocaba: UBS Cajuru	12
	Projeto Escola Cidadã	16
	A Literatura e a Formação do Homem	18
	Considerações Finais	20

O Analfabetismo no Brasil



Fonte: Gerado por IA

O analfabetismo é resultado de uma série de **fatores históricos, sociais e econômicos**, como a falta de acesso à educação de qualidade, a desigualdade de recursos entre as regiões do Brasil, o abandono escolar e a pobreza.

O analfabetismo traz consequências profundas, como a exclusão social, a marginalização econômica e a impossibilidade de acesso a um mercado de trabalho qualificado.

Existe uma forte relação entre o analfabetismo e a desigualdade social. Regiões mais empobrecidas, como o Norte e o Nordeste do Brasil, apresentam índices de analfabetismo muito maiores do que as regiões Sudeste e Sul. Além disso, os grupos mais vulneráveis, como pessoas em situação de rua, indígenas e idosos.

Segundo um levantamento feito em 2022 pelo IBGE, **7,0%** da população com 15 anos ou mais era analfabeta. Isso representa mais de **14 milhões de pessoas** que não sabiam ler ou escrever algo simples.

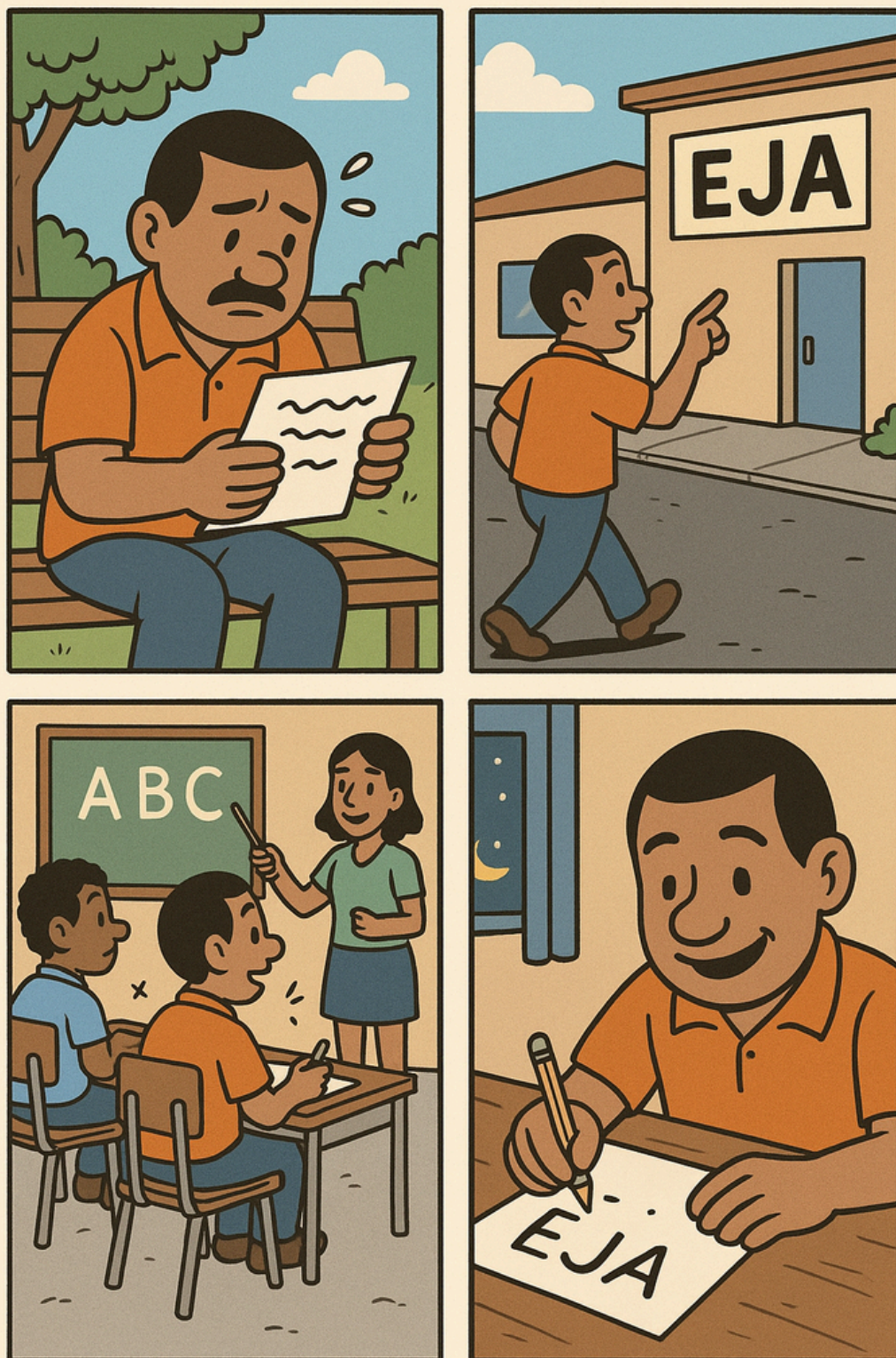
Números estimados de pessoas analfabetas por região no Brasil em 2022, com base nas taxas de analfabetismo e nas populações regionais →

- Nordeste: 8.103.940 pessoas
- Sudeste: 3.534.800 pessoas
- Norte: 1.290.100 pessoas
- Sul: 1.205.600 pessoas
- Centro-Oeste: 819.000 pessoas

Fonte: IBGE

Tipos de Analfabetismo:

-  • **Analfabetismo absoluto:** Quando a pessoa não sabe ler nem escrever palavras simples.
-  • **Analfabetismo funcional:** Quando a pessoa até sabe ler e escrever frases simples, mas tem dificuldades para interpretar textos ou realizar operações básicas do cotidiano.
-  • **Analfabetismo digital:** Refere-se à falta de habilidades para utilizar tecnologias digitais de forma eficiente.
-  • **Analfabetismo cultural:** Dificuldade em compreender e se integrar à cultura escrita e simbólica da sociedade.
-  • **Analfabetismo científico:** Dificuldade em compreender conceitos básicos de ciências e tecnologia.



Fonte: Gerado por IA

A Educação como Direito Humano Fundamental

Os Direitos Humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis. Entre eles, o direito à educação ocupa um papel central, sendo instrumento essencial para o exercício dos demais direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, afirma que **"toda pessoa tem direito à educação"**, estabelecendo que ela deve visar ao "pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais".

Nesse sentido, a EJA se insere como uma política pública que busca reparar injustiças históricas e promover igualdade de oportunidades para aqueles que, por diversos fatores — econômicos, sociais, raciais, culturais ou de gênero — foram excluídos do processo regular de escolarização.

A educação é uma ferramenta de empoderamento. Ela permite o acesso à informação, a participação política, o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Negar o acesso à educação a qualquer cidadão é violar sua dignidade e suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo seu acesso com base nos princípios da igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, valorização do profissional da educação, gestão democrática e qualidade.

O artigo 205 é claro ao definir que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."





A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o Estatuto da EJA: Caminhos para a Concretização do Direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça os princípios constitucionais e dedica atenção específica à EJA em seus artigos 37 e 38:

“Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular a oportunidade de conclusão da educação básica.”

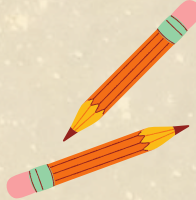
“Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreendam a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.”

A LDB, portanto, estrutura a EJA como uma política de reparação histórica e garante sua oferta gratuita, reafirmando o compromisso do Estado com os princípios da universalização e da equidade.

Além disso, políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Estatuto da Juventude incorporam metas e estratégias voltadas ao fortalecimento da EJA, prevendo, por exemplo, a erradicação do analfabetismo absoluto, a elevação da escolaridade média e a valorização das trajetórias escolares não-lineares.



Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014)



O PNE estabelece metas e estratégias específicas para a EJA:

- Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2024.
- Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da EJA integradas à educação profissional.
- Prevê programas integrados de alfabetização, formação continuada e valorização dos professores da EJA.

Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (Resolução CNE/CEB nº 1/2000):

- Essa resolução orienta os sistemas de ensino a oferecer uma formação contextualizada, flexível e respeitosa com as trajetórias dos educandos. Ela reforça o caráter emancipatório da EJA, valorizando o conhecimento prévio dos alunos e propondo metodologias adequadas à realidade de adultos trabalhadores.



Sujeitos da EJA: Histórias de Luta e Resistência

A EJA é feita de histórias. Cada aluno que entra em uma sala de aula carrega consigo mais do que o desejo de aprender: carrega uma biografia marcada por silêncios, renúncias e, muitas vezes, invisibilidade social. Mas também carrega força, resiliência e o desejo profundo de transformar sua vida.

A seguir, apresentamos relatos verídicos e simbólicos retirados do próprio site do MEC (Ministério da Educação) de pessoas que passaram pela EJA e encontraram, na educação, um recomeço.



Fonte: Gerado por IA

Dona Maria das Dores – 68 anos, zona rural da Bahia

"Quando eu era criança, minha mãe não deixava a gente estudar, dizia que mulher era pra casar e cuidar da roça. Casei com 15, tive seis filhos. Só depois dos 60 fui conhecer o que era uma sala de aula. Aprendi a escrever meu nome, ler a bula dos remédios, escrever bilhete pras netas. Eu me sinto viva de novo. Ninguém mais me engana. Agora eu entendo as letras e entendo o mundo."

José Wellington – 36 anos, motorista de aplicativo, São Paulo

"Saí da escola com 12 anos porque meu pai morreu e precisei trabalhar. Sempre senti vergonha de não ter estudado. A vida inteira escondi isso. Mas um dia levei uma passageira que era professora e ela falou do EJA. Fui atrás, voltei a estudar. Terminei o ensino médio. Hoje estou estudando pra concurso. Nunca imaginei que eu podia sonhar grande."



Fonte: Gerado por IA



Fonte: Gerado por IA

Maria Clara – 42 anos, travesti, Curitiba

"Eu abandonei a escola por causa da violência. Sofria muito bullying, os professores não sabiam lidar comigo. Fiquei anos tentando me esconder do mundo. Quando encontrei uma escola de EJA que me acolheu do jeito que sou, tudo mudou. Voltei a estudar, fiz o ENEM, passei em Letras na universidade pública. Hoje sou monitora num cursinho popular e luto pela educação de pessoas trans."

Seu Armando – 75 anos, Recife

"Meu neto me perguntou um dia por que eu não lia histórias pra ele. Fiquei calado. Tinha vergonha. Fui procurar uma escola perto de casa e descobri a EJA. Me matriculei e hoje eu e meu neto lemos juntos. A alfabetização me deu a coisa mais bonita que eu podia ter: um vínculo novo com minha família."



Fonte: Gerado por IA



A EJA como Direito Fundamental em Perspectiva Constitucional

A EJA não é uma política assistencial ou compensatória, mas sim uma garantia de um direito constitucional. Isso significa que:

- A ausência de oferta de EJA pode ser judicializada, ou seja, pode gerar ações contra o Estado por violação de direito fundamental.
- O Ministério Público pode atuar em defesa da EJA, cobrando políticas efetivas de alfabetização e inclusão.
- O corte ou a negligência de programas de EJA pode configurar descumprimento da Constituição, da LDB e do Plano Nacional de Educação.



Fonte: Gerado por IA

A Constituição Federal de 1988 e a Garantia do Direito à Educação

O artigo 208, por sua vez, trata especificamente das garantias educacionais, incluindo a oferta de educação regular para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria:

- “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...) VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

Esse dispositivo constitucional confirma que a educação para jovens e adultos é uma obrigação do Estado, e que sua ausência ou negligência configura descumprimento de um direito fundamental. Assim, a EJA é não apenas uma opção pedagógica, mas uma forma de justiça social.

EJA Integrada à Educação Profissional (EJA-EPT)

- Combina a escolarização básica (fundamental ou médio) com formação técnica e profissional.
- Exemplo: cursos técnicos em enfermagem, administração, eletrônica, informática, etc.
- Visa facilitar a inserção no mundo do trabalho e garantir autonomia econômica e dignidade.

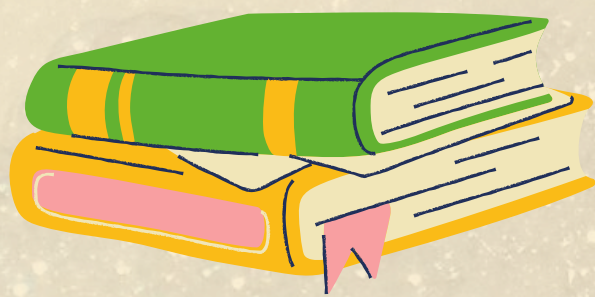


EJA com Tecnologias Digitais – Inclusão Digital e Cidadania Tecnológica

Nos últimos anos, especialmente com o avanço da pandemia e da digitalização das relações sociais, o EJA passou a incorporar programas de inclusão digital, com destaque para idosos e pessoas com pouca familiaridade com tecnologia.

Como isso acontece na prática?

- Aulas de informática básica: aprender a ligar um computador, digitar, usar programas simples (Word, Excel).
- Navegação segura na internet: como acessar sites confiáveis, fazer pesquisas, baixar e-mails, usar redes sociais.
- Uso de aplicativos do cotidiano: banco online, serviços públicos digitais, saúde (apps de vacinação, por exemplo).
- Educação financeira digital: aprender a usar PIX, evitar golpes virtuais, pagar boletos, etc.



Educação Fundamental

- Destinado a jovens e adultos que não foram alfabetizados ou que não completaram os primeiros anos da escolarização.
- Trabalha fortemente com alfabetização e letramento, matemática básica, leitura do mundo e construção de autonomia.

Ensino Médio – EJA Médio

- Voltado a jovens e adultos que não concluíram o ensino médio regular
- A abordagem é interdisciplinar, com conteúdos das quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- Muitas vezes está articulado com a educação profissionalizante e tecnológica (EJA integrada à Educação Profissional – EJA-EPT).



Portanto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais do que uma modalidade de ensino — é a concretização do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da universalização do direito à educação. Amparada pela Constituição Federal e inspirada nos valores dos Direitos Humanos, a EJA rompe ciclos de exclusão histórica, garantindo a todos, independentemente da idade, o acesso ao saber, à cidadania e à transformação social. É, portanto, uma afirmação de que nunca é tarde para aprender, viver com autonomia e exercer plenamente os direitos que cabem a todos os cidadãos.



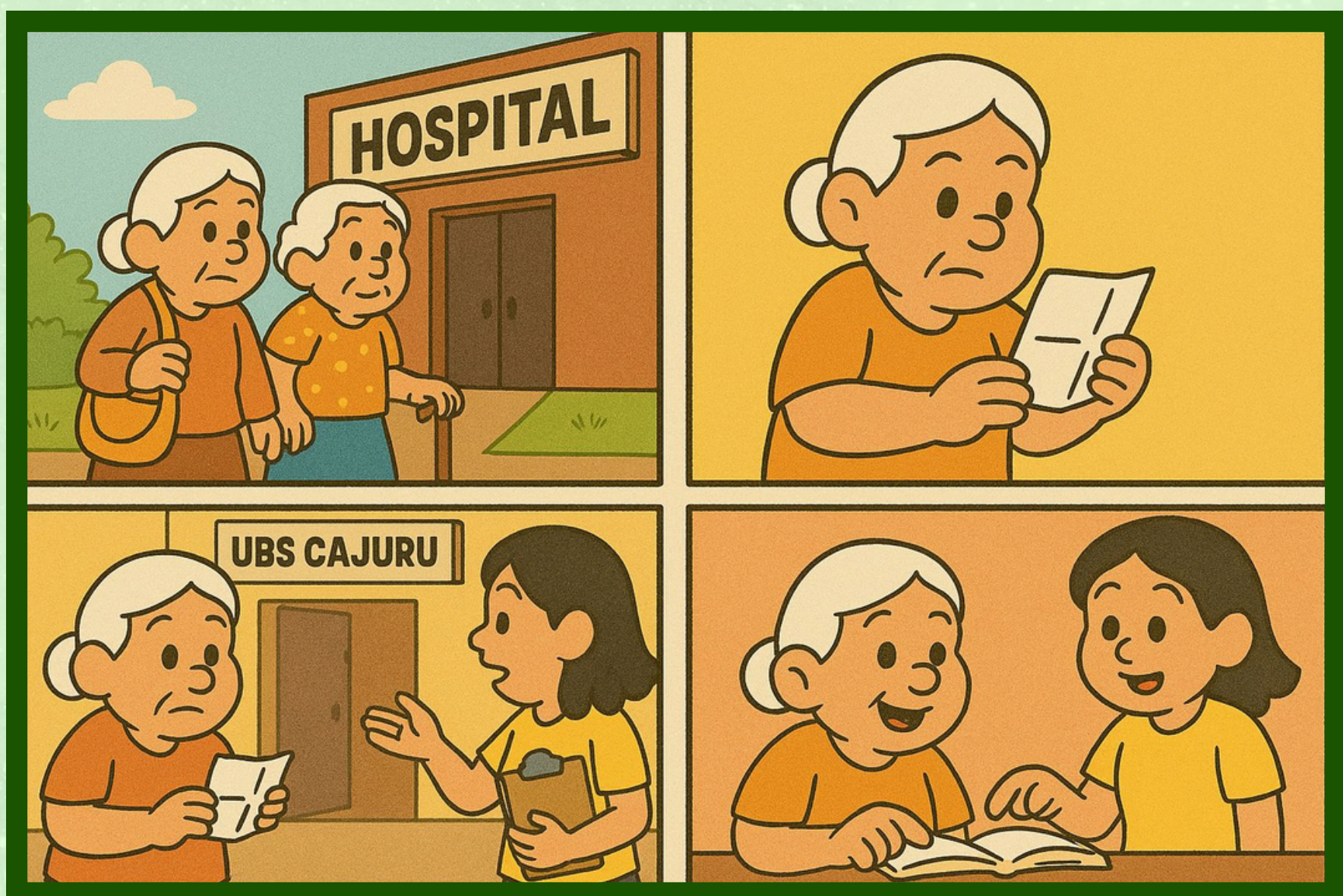
Fonte: Gerado por IA

Se você chegou até aqui e conhece alguém que deseja retomar os estudos, mudar de vida e exercer plenamente seus direitos garantidos pela Constituição, saiba que a EJA está de portas abertas. No site oficial do Ministério da Educação, é possível encontrar informações sobre cursos, programas e instituições que oferecem essa oportunidade de recomeço. Acesse www.gov.br/mec e clique na seção de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para saber como participar.



Projeto de Educação em Sorocaba: UBS Cajuru

Em junho de 2024, a Unidade de Saúde da Família (USF) Cajuru, em Sorocaba (SP), deu início a um projeto especial de alfabetização voltado para adultos e idosos. A iniciativa surgiu da percepção das dificuldades enfrentadas pelos usuários durante as consultas médicas, muitas vezes relacionadas à baixa escolaridade e ao letramento em saúde.



Fonte: Gerado por IA

O grupo é formado por sete mulheres com idades entre 30 e 80 anos, todas com histórias marcadas por trabalho precoce e acesso limitado à educação. As aulas, ministradas semanalmente por uma professora voluntária, começaram com duração de uma hora e logo foram ampliadas para duas horas, com atividades complementares em casa. A proposta é personalizada, respeitando o ritmo e o nível de cada participante, o que tem gerado progresso significativo.

O grupo foi idealizado por profissionais da unidade e se tornou realidade graças a **Nelita Torres**, professora aposentada e voluntária, mãe de Mariana Torres, uma das integrantes do projeto. Com 25 anos de experiência na alfabetização de crianças, Nelita se viu diante de um novo universo ao aceitar o convite para alfabetizar adultas e idosas.



Nelita conta que atualmente percebe a falta que o conhecimento e as experiências fazem na vida de qualquer um. Com relação à alfabetização em geral, ela destaca a importância do direcionamento nesse processo, bem como das referências didáticas, visto que, independentemente de idade, a parte lúdica é trivial para a alfabetização.

A língua portuguesa é **silábica**, logo, é de suma relevância investir na alfabetização **fônica**, isto é, na relação entre letra e som. Para a professora, a escrita é apenas um dos recursos a serem usados, pois o intuito não é que o alfabetizando se torne um copista. Nelita foi professora no município de Sorocaba por 25 anos, atuando no ramo de alfabetização de crianças. Para ela, a diferença na didática tem sido um desafio, agora que leciona para adultos e idosos.

A alfabetização de crianças ocorre em um ambiente naturalmente hierárquico, no qual o respeito é inerente ao alfabetizando. Além disso, as práticas lúdicas desenvolvidas em sala de aula, em especial os jogos e brincadeiras, costumam despertar maior interesse no público em questão. Nelita cita que costuma fazer referências às tarefas do dia a dia, às atividades cotidianas e aos sentimentos da fase da vida em que os alunos se encontram.

A professora também destaca a diferença nas relações entre professora e alunos de diversas idades. Para os adultos, a alfabetização costuma tornar-se um assunto delicado, tendo em vista que afeta diretamente a autoestima do aluno que não saber ler e/ou escrever, causando um sentimento de inferioridade. Por isso, Nelita afirma que o **laço afetivo** na sala de aula é o princípio da aprendizagem quando se trata de adultos e idosos. "Acho que o mais gratificante na parte dos adultos é ver como eles se sentem importantes de conseguir fazer algo que antes se sentiam incapazes", declarou Nelita durante seu depoimento.



Nelita também conta que, por mais que o projeto tenha sido reconhecido pela prefeitura municipal, todos os recursos usados em sala - dentre eles: canetas, atividades, livros e etc - foram majoritariamente providos por ela mesma, sem apoio algum dos gestores da unidade. Ainda sobre a UBS, ela compartilhou que os médicos costumam comentar em consultas sobre o projeto, agora que se tornou mais conhecido, e afirma ser a divulgação verbal a melhor forma de se expandir o projeto.

No âmbito social, a professora acredita que a interação faz muita diferença para a parcela mais carente, majoritária no projeto da UBS Cajuru, haja vista que em sala, todas se sentem todos iguais, mesmo que tenham dificuldades e objetivos diferentes. Ela acredita que a alfabetização exige um esforço coletivo da sociedade, isso porque o conhecimento é poder e liberdade e, em um cenário onde isso é disponível a todos, torna-se possível combater as desarmonias.



A este projeto, deixamos uma homenagem especial à professora Nelita Torres, que com sua paciência e generosidade, planta sementes de liberdade em cada aula. Que seu gesto inspire outras mãos a se unirem e que mais espaços como esse floresçam onde hoje há silêncio.

Porque ensinar alguém a ler é, talvez, uma das formas mais bonitas de dizer: **você importa.**



Os resultados são palpáveis. Uma das alunas, que começou escrevendo em fase silábica, hoje consegue ler sozinha seu primeiro livro. Outras relatam, com orgulho, que agora conseguem entender uma mensagem no celular ou ler um cartaz na rua. Escute, a seguir, o relato por áudio de uma das alunas:



[Clique para ouvir](#)

Projeto Escola Cidadã

É essencial lembrar de um dos grandes pensadores brasileiros da educação: **Moacir Gadotti**.

Moacir Gadotti foi um educador, filósofo e pedagogo brasileiro, reconhecido internacionalmente por sua atuação em defesa de uma educação libertadora e humanista. Discípulo e parceiro de Paulo Freire, Gadotti dedicou sua vida à construção de uma educação voltada para a justiça social, a democracia e a emancipação do sujeito. Foi diretor do Instituto Paulo Freire e teve um papel fundamental na formulação de políticas públicas educacionais comprometidas com os princípios dos Direitos Humanos.



Fonte: Brasil Escola



Fonte: Gerado por IA

A Escola Cidadã, segundo Moacir Gadotti, é um projeto educacional inspirado na pedagogia libertadora de Paulo Freire e na Educação Popular, caracterizando-se como uma escola democrática e coletiva voltada à formação de cidadãos críticos e participativos. Seus princípios envolvem a integração entre escola, comunidade e cultura, além da democratização das relações de poder no ambiente escolar. Gadotti destaca que a educação não deve se limitar à transmissão de conhecimento, mas atuar como mediação para o desenvolvimento integral dos alunos, capacitando-os para agir pessoal e coletivamente em direção à cidadania plena. Assim, trata-se de uma escola inclusiva e humanizadora, onde educadores e alunos participam ativamente da construção do conhecimento e da justiça social.

No livro “Escola Cidadã”, Gadotti propõe uma reflexão crítica sobre o papel da educação na superação do analfabetismo. Para ele, **não basta ensinar a ler e escrever por meio de métodos técnicos**, descontextualizados da realidade dos alunos. É fundamental entender o analfabetismo como um fenômeno social, ligado a processos de exclusão e à negação histórica de direitos. **A alfabetização, nessa perspectiva, deve ir além do ensino de letras e palavras, mas também deve ajudar as pessoas a compreender e transformar o mundo em que vivem.**



"Educar jovens e adultos é reconhecer que a educação tem tempo de nascer, mas não tem prazo para florescer."

-Moacir Gadotti

Escola Cidadã e EJA

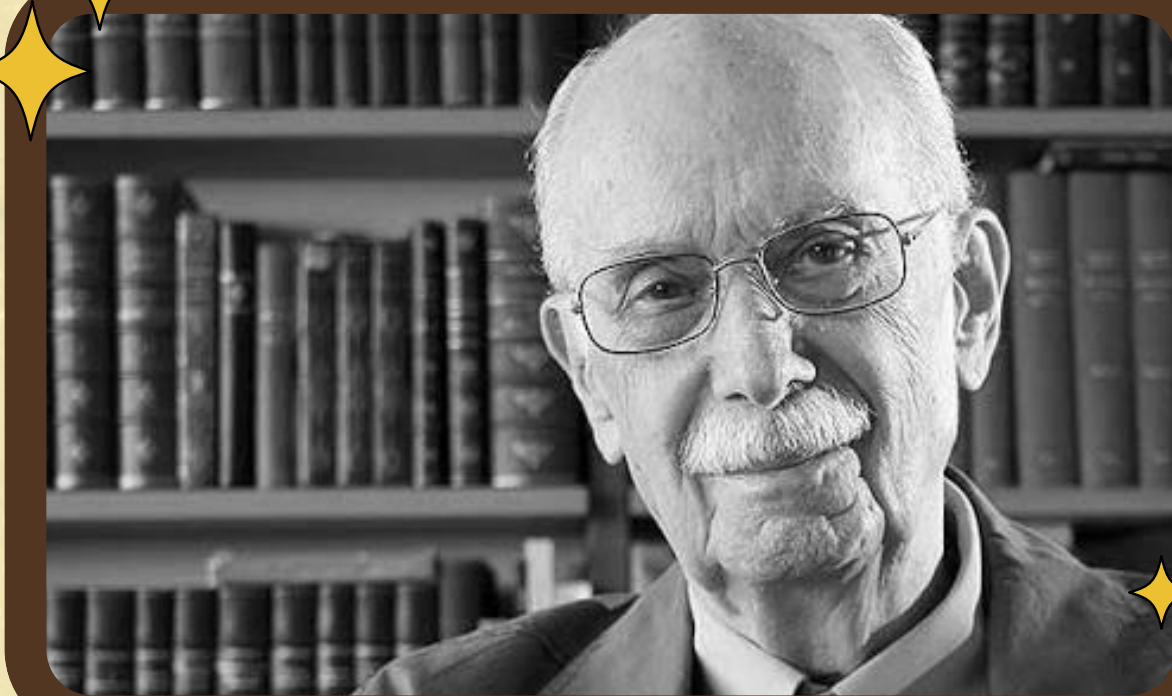
A proposta da Escola Cidadã se alinha perfeitamente com os ideais da Educação de Jovens e Adultos, por vários motivos:

- Os sujeitos da EJA geralmente vêm de contextos de exclusão social e educacional. A Escola Cidadã acolhe essas trajetórias sem julgamentos, reconhecendo o valor de suas vivências.
- Na EJA, mais do que em qualquer outra modalidade, é essencial uma escola que dialogue com a vida real, com as necessidades práticas e existenciais dos alunos.
- A gestão democrática e o protagonismo dos estudantes — princípios centrais da Escola Cidadã — fortalecem a autoestima e o sentimento de pertencimento, reduzindo a evasão escolar.

A Escola Cidadã não se limita a ensinar — ela forma sujeitos críticos, conscientes e participativos, capazes de transformar suas próprias realidades e contribuir ativamente para uma sociedade mais justa. Ao integrar valores como a democracia, o diálogo, a inclusão e o respeito à diversidade, essa proposta torna a escola um espaço vivo, onde a Constituição se realiza no cotidiano e os Direitos Humanos deixam de ser teoria para se tornarem prática.

Defender esse modelo de escola é defender uma sociedade mais humana, solidária e consciente de que o verdadeiro desenvolvimento só acontece quando ninguém é deixado para trás.

A Literatura e a Formação do Homem



Fonte: Google

A educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser relacionado de forma profunda com o ensaio "O Direito a Literatura" de Antonio Candido, pois ambos tratam da educação, da cultura e do conhecimento como direitos fundamentais do ser humano. O público da EJA é composto por pessoas que, por diversos fatores sociais e econômicos, não puderam concluir seus estudos na idade regular. Muitas vezes, essas pessoas também foram privadas do acesso à leitura literária, sendo excluídas não apenas da educação formal, mas também da fruição estética e crítica da cultura escrita. Nesse sentido, o pensamento de Antonio Candido fortalece a ideia de que a literatura deve estar presente na EJA como parte do direito à formação plena do sujeito. A inclusão da literatura no currículo da EJA não deve ser encarada como um luxo ou adorno, mas como uma necessidade educativa que contribui diretamente para o processo de emancipação intelectual e social dos alunos.

Em seu ensaio "O direito à literatura", o crítico literário Antonio Candido defende com firmeza a ideia de que a literatura deve ser considerada um direito humano fundamental, tão essencial quanto o direito à educação, à saúde e à moradia. Para ele, a literatura é um dos instrumentos mais poderosos de humanização, pois permite o desenvolvimento da sensibilidade, da empatia e do pensamento crítico. Ao acessar a literatura, o ser humano amplia sua visão de mundo, reconhece outras realidades e experiências e se torna capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sociedade. Dessa forma, negar o acesso à literatura é, segundo Candido, uma forma de mutilação do ser, pois priva o indivíduo de uma dimensão essencial da vida cultural e espiritual.



Fonte: Gerado por IA

A importância da obra de Antonio Candido para a sociedade reside justamente na defesa de uma cultura mais justa e inclusiva, onde o acesso à arte e ao conhecimento seja garantido a todos, independentemente de sua origem social. Ao afirmar que a literatura deve ser um direito universal, Candido confronta as estruturas que historicamente mantêm a cultura restrita a uma elite e reforça o compromisso com a construção de uma sociedade mais democrática e humana.

Considerações Finais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é, antes de tudo, uma forma de restituir o direito à aprendizagem àqueles que foram, ao longo da vida, silenciados ou esquecidos pelos caminhos da educação formal. Mais do que uma modalidade de ensino, a EJA é um instrumento de reconstrução da dignidade humana.

Ao longo desta reflexão, vimos como a EJA se estrutura legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), da Constituição Federal de 1988 e dos Direitos Humanos universais. Esses marcos asseguram que a educação seja um direito inalienável de todos — e não um privilégio de alguns. A EJA materializa esse compromisso social ao oferecer oportunidades reais de aprendizado a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escolarização na idade "esperada".

Nesse percurso, refletimos também sobre os pensamentos de Moacir Gadotti, especialmente por meio do Projeto Escola Cidadã, que propõe uma escola democrática, humanizadora e centrada no aluno como sujeito de direitos. A escola, para Gadotti, não deve apenas transmitir saberes técnicos, mas formar cidadãos críticos, comprometidos com a transformação do mundo em um lugar mais justo.

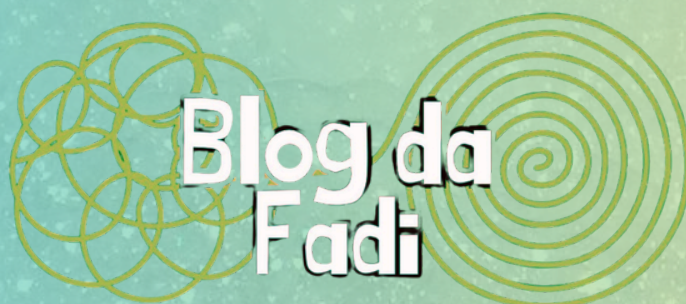
Do mesmo modo, Antônio Candido nos mostrou, com sua obra *O direito à literatura*, que o acesso à arte e à leitura é condição fundamental para a formação plena do ser humano. Levar a literatura para os espaços da EJA não é luxo: é afirmação de um direito essencial, porque forma o homem em sua sensibilidade, sua empatia e sua imaginação — formando também um leitor do mundo.

A EJA, portanto, articula educação, justiça, cidadania, literatura, tecnologia e direitos humanos. É onde a Constituição se encontra com a vida real. É onde a dignidade se escreve com lápis simples e sonhos imensos. É onde cada sujeito se reencontra com a própria história — e começa a escrever novas páginas com orgulho, liberdade e esperança.





Obrigada!



Educação e Emancipação



- **BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- **BRASIL.** Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm.
- **BRASIL.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.
- **BRASIL.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- **BRASIL.** Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm.
- **BRASIL.** Ministério da Educação. Relatos de experiências em EJA: vozes dos sujeitos. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>.
- **BRASIL.** Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.
- **BRASIL.** Ministério da Educação. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/educacao-de-jovens-e-adultos>.
- **CANDIDO,** Antonio. Literatura e formação do homem. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- **CANDIDO,** Antonio. Literatura e sociedade. 10. ed. São Paulo: Nacional, 2006.
- **CANDIDO,** Antonio. O direito à literatura. In: Vários escritos. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169–191.
- **DI PIERRO,** Maria Clara; **JOIA,** Orlando; **MASAGÃO RIBEIRO,** Vera. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 86–98, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ>.
- **FREIRE,** Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- **FREIRE,** Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- **GADOTTI,** Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.
- **GADOTTI,** Moacir. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.
- **GADOTTI,** Moacir. Escola cidadã. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- **GATTI,** Bernardete A.; **NUNES,** Clarice. Experiências de jovens e adultos na EJA: identidades, histórias e aprendizados. São Paulo: Cortez, 2016.
- **MORAES,** Maria Martha de. Educação popular: práxis libertadora. São Paulo: Cortez, 1994.
- **SILVA,** Rosângela. Narrativas de vida na EJA: sentidos e ressignificações da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- **ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.** Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 26 maio 2025.
- **UNESCO.** Educação ao longo da vida: visão, estratégias e práticas. Brasília, DF: UNESCO, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 26 maio 2025.